

QUALIDADE EM CONSTRUÇÃO: OLHARES CRÍTICOS SOBRE A GESTÃO EDUCACIONAL

QUALITY UNDER CONSTRUCTION: CRITICAL PERSPECTIVES ON EDUCATIONAL MANAGEMENT

Francine Monica Vieira

Must University, Estados Unidos

Maria Lucia Rodrigues dos Santos Ivo

Must University, Estados Unidos

Marcela Paschoa

Must University, Estados Unidos

Ivete Fontes de Sá

Must University, Estados Unidos

Lidiane Rezende Cavalcante

Must University, Estados Unidos

Lilia da Silva Cordeiro Cavalcante

Must University, Estados Unidos

Luziene Lopes Gomes

Must University, Estados Unidos

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/xcx6r189>

Publicado em: 01.06.2025

Resumo: A qualidade da educação brasileira transformou-se em uma das pautas centrais das políticas públicas, especialmente a partir das últimas décadas do século XX, impulsionada por reformas gerenciais voltadas à mensuração do desempenho escolar. Sob esse paradigma, surgiram instrumentos como o Ideb, que redefiniram a gestão educacional a partir de parâmetros técnicos, muitas vezes distantes das realidades locais. Essa reconfiguração, baseada em indicadores, tem reforçado desigualdades históricas ao negligenciar trajetórias escolares marcadas por exclusão. Nesse cenário, os processos de internacionalização emergem como nova referência de excelência, sobretudo no ensino superior, deslocando o foco das necessidades sociais para metas de visibilidade global. A presente pesquisa teve como objetivo analisar criticamente os sentidos atribuídos à qualidade da educação na contemporaneidade, com ênfase nas implicações dos processos de internacionalização. O estudo adotou abordagem qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica, utilizando materiais como artigos científicos e documentos acadêmicos obtidos por meio de buscas em bases de dados acadêmicas. Autores como Charlot (2021), Carvalho e Real (2020) e Nascimento e Cury (2020) fundamentaram as reflexões teóricas. Os resultados evidenciam tensões entre metas normativas e práticas educacionais, além da necessidade de repensar a gestão da qualidade a partir de valores como equidade, diversidade e participação. Estudos futuros podem explorar como tais políticas são concretamente apropriadas



nas instituições, buscando alternativas críticas às lógicas avaliativas hegemônicas e promovendo práticas educacionais mais inclusivas e contextualizadas.

Palavras-chave: Qualidade da educação. Políticas públicas. Gestão educacional. Internacionalização.

Abstract: The quality of Brazilian education has become a central topic in public policy, particularly since the late 20th century, driven by managerial reforms focused on measuring school performance. Within this paradigm, instruments such as the Ideb redefined educational management through technical parameters often disconnected from local realities. This reconfiguration, grounded in indicators, has reinforced historical inequalities by disregarding school trajectories marked by exclusion. In this context, internationalization processes emerge as a new standard of excellence, especially in higher education, shifting attention from social needs to goals of global visibility. This study aimed to critically analyze the meanings attributed to education quality in contemporary times, with emphasis on the implications of internationalization processes. A qualitative approach was adopted, based on bibliographic research, using academic articles and documents retrieved from scholarly databases. Authors such as Charlot (2021), Carvalho and Real (2020), and Nascimento and Cury (2020) provided the theoretical foundation for the analysis. The findings reveal tensions between normative goals and educational practices, highlighting the need to rethink quality management based on values such as equity, diversity, and participation. Future research may further explore how such policies are concretely appropriated within institutions, seeking critical alternatives to dominant evaluative logics and promoting more inclusive and context-sensitive educational practices.

Keywords: Quality of education. Public policies. Educational management. Internationalization.

Introdução

A discussão sobre a qualidade da educação brasileira passou a ocupar papel central nas políticas públicas a partir das últimas décadas do século XX, especialmente com a ascensão de modelos gerenciais que priorizam eficiência, mensuração e desempenho institucional. Esse cenário foi impulsionado por reformas educacionais alinhadas a lógicas internacionais de avaliação e controle, influenciando diretamente a forma como se compreende e se pratica a gestão educacional no país. A noção de qualidade, nesse contexto, deixou de representar apenas um ideal pedagógico para se converter em critério de regulação e ranqueamento, com efeitos profundos sobre o cotidiano escolar.

A incorporação de indicadores e metas, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), deu novo significado à gestão da qualidade, orientando as ações das redes de ensino a partir de parâmetros técnicos nem sempre compatíveis com as realidades locais. Tal perspectiva acabou reforçando desigualdades estruturais ao invisibilizar trajetórias escolares marcadas por exclusão, evasão e reprovação. O debate contemporâneo, portanto, exige uma problematização mais ampla e crítica sobre o que significa promover qualidade educacional num país marcado por profundas assimetrias sociais.

É nesse cenário que emergem os processos de internacionalização como componente estruturante da ideia de qualidade, sobretudo no ensino superior. As exigências por publicações em periódicos estrangeiros, cooperação internacional e mobilidade acadêmica passaram a compor

os critérios de excelência institucional, tornando-se referência para a avaliação da pós-graduação. Essa lógica intensifica a competição entre programas e institui novas hierarquias acadêmicas, deslocando a atenção de questões pedagógicas e sociais para metas de visibilidade global.

A presente pesquisa teve como objetivo analisar criticamente os sentidos atribuídos à qualidade da educação na contemporaneidade, com ênfase nas implicações dos processos de internacionalização. Para atingir esse fim, utilizou-se a metodologia de pesquisa bibliográfica, com base em produções acadêmicas que abordam os aspectos conceituais, políticos e institucionais da gestão da qualidade. Os autores selecionados Charlot (2021), Carvalho e Real (2020) e Nascimento e Cury (2020) possibilitaram o aprofundamento das reflexões, ao trazerem contribuições distintas sobre o tema.

A escolha por uma abordagem crítica justifica-se pela necessidade de compreender a qualidade para além das métricas oficiais. Considerou-se essencial explorar como as políticas públicas, ao adotarem instrumentos de avaliação e regulação, contribuem para reforçar ou desafiar concepções reducionistas sobre o ensino. A pesquisa buscou, ainda, identificar elementos que permitam repensar a gestão da qualidade com base em valores como equidade, participação e reconhecimento das diversidades educacionais.

Este trabalho foi estruturado em quatro partes. O primeiro capítulo apresentou a introdução, delineando a problemática, os objetivos e os fundamentos metodológicos. O segundo capítulo abordou os desafios contemporâneos da gestão da qualidade na educação, com base em diferentes perspectivas teóricas e institucionais. O item 2.1 discutiu o papel das políticas públicas na construção da noção de qualidade. O terceiro capítulo reuniu as considerações finais, sintetizando os principais achados. Por fim, o quarto capítulo apresenta as referências bibliográficas que fundamentaram a análise.

Metodologia

A pesquisa desenvolvida seguiu uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, com ênfase na investigação bibliográfica. A escolha dessa abordagem foi motivada pela necessidade de interpretar criticamente os significados atribuídos à qualidade da educação, considerando os contextos políticos, sociais e institucionais em que se insere. Optou-se pela pesquisa bibliográfica por ser um instrumento eficaz na análise de conteúdos já consolidados academicamente, permitindo ao pesquisador dialogar com produções relevantes sobre o tema. Conforme apontam Sousa, Oliveira e Alves (2021), esse tipo de pesquisa oferece subsídios teóricos para aprofundar a compreensão do fenômeno estudado e reconstruir enfoques já existentes sob novas perspectivas analíticas.

O levantamento de materiais foi realizado a partir dos seguintes descritores: qualidade da educação, políticas públicas, gestão educacional e internacionalização. Esses termos nortearam as buscas em bases de dados acadêmicas, como o Portal de Periódicos da CAPES e a biblioteca científica SciELO. A partir da análise dos títulos, resumos e palavras-chave, identificaram-se inicialmente diversas produções, das quais uma parte foi excluída por não atender aos objetivos específicos do estudo. O critério de inclusão considerou artigos que abordassem diretamente a relação entre gestão educacional e qualidade da educação no contexto das políticas públicas

contemporâneas. Já os critérios de exclusão eliminaram produções que abordavam qualidade de forma dissociada da perspectiva crítica adotada ou que se limitavam a aspectos técnicos da gestão.

Após a seleção dos textos, procedeu-se à leitura integral de um número reduzido de estudos que, de fato, dialogavam com o eixo central da pesquisa. Essa etapa possibilitou o aprofundamento das análises sobre os sentidos atribuídos à qualidade, especialmente quando vinculados às exigências de internacionalização. A análise dos dados, portanto, não se limitou à descrição dos conteúdos, mas buscou compreender os vínculos entre as proposições teóricas e os contextos históricos, conforme discutido por Grazziotin, Klaus e Pereira (2020), ao diferenciar os percursos metodológicos das pesquisas bibliográficas em educação.

O tratamento dos dados envolveu leitura crítica, identificação de argumentos centrais, contraste entre autores e sistematização das convergências e divergências teóricas. Tal processo, conforme defendem Brito, Oliveira e Silva (2021), é essencial em pesquisas qualitativas, pois permite ao pesquisador interpretar os fenômenos educacionais à luz de múltiplos referenciais, respeitando sua complexidade e historicidade. Assim, as informações obtidas serviram como base para a discussão e construção das reflexões propostas ao longo do estudo.

Contextualização teórica da gestão da qualidade na educação

A gestão da qualidade na educação tem sido atravessada por múltiplas definições que nem sempre convergem entre si, sobretudo quando se consideram as exigências do contexto globalizado e as necessidades locais de democratização do acesso. A literatura aponta que, ao longo das últimas décadas, o conceito de qualidade deixou de ser apenas um ideal normativo e passou a ser incorporado a políticas públicas de forma normativa, servindo como critério para ranqueamentos e alocação de recursos, como discutido por Charlot (2021), ao destacar a ambiguidade da noção de qualidade no campo educacional.

Essa mudança conceitual acarretou a adoção de modelos avaliativos baseados em padrões técnicos, muitas vezes descolados das realidades escolares. A pressão por resultados mensuráveis estimulou a utilização de ferramentas oriundas do setor produtivo, como relatado por Ribeiro et al. (2021), que exploraram a aplicação de instrumentos da gestão da qualidade em instituições públicas de ensino, evidenciando ganhos operacionais, mas também limitações quanto à adaptação desses modelos ao ambiente educacional.

No caso da educação superior, a internacionalização tornou-se um eixo estruturante das políticas de avaliação, reforçando a ideia de que a excelência institucional estaria vinculada ao alcance de padrões externos. Carvalho e Real (2020) observaram que as ações de internacionalização passaram a ser tratadas como componentes indispensáveis na avaliação da pós-graduação, revelando uma tendência à padronização da qualidade com base em critérios globais.

A crítica à ideia de qualidade como sinônimo de desempenho mensurável também é discutida por Nascimento e Cury (2020), que propõem uma abordagem centrada na proteção integral dos estudantes, especialmente crianças e adolescentes. Para os autores, a qualidade educacional deve ser concebida como um direito humano e não como um produto a ser avaliado por métricas de produtividade.

Por outro lado, o uso de indicadores como o Ideb tem mostrado lacunas importantes. Soares et al. (2021) argumentam que esse índice, embora amplamente utilizado, ignora os efeitos da trajetória escolar dos estudantes, o que gera uma visão incompleta da qualidade. Assim, municípios com altos índices podem esconder situações de exclusão e fracasso escolar.

No campo das políticas educacionais, os impactos da crise econômica e das medidas de austeridade são aspectos frequentemente negligenciados nas discussões sobre qualidade. Carvalho e Oliveira (2022) apontam que as metas do Plano Nacional de Educação enfrentaram sérios obstáculos em sua implementação, afetando diretamente os investimentos necessários para garantir condições adequadas de ensino e aprendizagem.

Em meio a esses desafios, a gestão da qualidade na educação se apresenta como um campo tensionado entre parâmetros técnicos e demandas sociais. O próximo item discutirá como as políticas públicas moldam a noção de qualidade, ora como instrumento de controle, ora como meio de ampliação dos direitos educacionais.

Políticas públicas e a construção da qualidade: entre parâmetros e práticas

A formulação de políticas públicas educacionais tem influenciado de forma decisiva a compreensão do que se entende por qualidade na educação. No Brasil, essa construção tem oscilado entre uma perspectiva normativa, centrada em metas e indicadores, e uma abordagem mais ampla, voltada à promoção da equidade e ao desenvolvimento humano. Segundo análise de Charlot (2021), o conceito de qualidade emergiu no debate educacional a partir de demandas externas ao campo pedagógico, carregando ambiguidade e instrumentalidade.

As reformas educacionais dos anos 1990 consolidaram uma lógica de avaliação orientada por resultados, com ênfase em rendimento escolar e produtividade. Essa racionalidade influenciou diretamente os mecanismos de gestão da educação, transformando os sistemas avaliativos em dispositivos reguladores da prática docente. Tal processo, como indicado por Ribeiro et al. (2021), contribuiu para a incorporação de ferramentas da qualidade utilizadas no setor industrial, deslocando o foco do educacional para o gerencial.

Esse modelo foi reforçado por agências como a Capes, que estabeleceram a internacionalização como critério de excelência nos programas de pós-graduação. Carvalho e Real (2020) analisaram como essa exigência passou a compor as fichas avaliativas da pós-graduação, priorizando ações que muitas vezes se distanciam das demandas sociais e regionais, em favor de uma inserção institucional em redes de prestígio acadêmico.

A incorporação da qualidade como direito educacional, no entanto, propõe um deslocamento dessa lógica. Nascimento e Cury (2020) afirmam que a proteção integral da infância e da adolescência exige políticas que garantam o acesso, a permanência e o sucesso escolar. Para tanto, a gestão da qualidade deve partir da escuta e da participação dos sujeitos envolvidos no processo educativo, valorizando contextos, experiências e diversidades.

Apesar das intenções normativas, a implementação das metas do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) tem revelado os limites da capacidade do Estado em transformar diretrizes em práticas efetivas. Carvalho e Oliveira (2022) argumentam que as metas referentes à ampliação da educação superior não avançaram conforme o previsto, em razão da descontinuidade

de políticas e da redução de recursos públicos, especialmente após a aprovação da Emenda Constitucional 95.

A tensão entre intenção e execução também se manifesta na forma como a qualidade tem sido monitorada. Soares et al. (2021) sugerem que os indicadores oficiais, ao não considerarem as trajetórias educacionais dos estudantes, ocultam desigualdades estruturais. A gestão da qualidade, nesse sentido, deveria incorporar variáveis como permanência, distorção idade-série e acesso a condições adequadas de ensino, ampliando a capacidade das políticas públicas de promover justiça educacional.

Portanto, discutir políticas públicas de qualidade é também discutir o projeto de sociedade que se deseja construir. O modo como se define, monitora e avalia a qualidade educacional tem implicações profundas na vida dos estudantes e na organização do sistema de ensino. Essas implicações serão retomadas nas considerações finais, à luz dos objetivos traçados por esta pesquisa.

Considerações finais

A presente investigação abordou criticamente os desafios da gestão da qualidade na educação brasileira, considerando as tensões entre parâmetros técnicos, intenções normativas e práticas pedagógicas. Retomando a questão central do estudo, verificou-se que a noção de qualidade tem sido fortemente influenciada por modelos avaliativos que priorizam a mensuração de resultados, muitas vezes em detrimento de uma compreensão mais ampla, contextualizada e inclusiva do processo educativo. A partir da análise dos textos selecionados, foi possível compreender que a qualidade educacional, longe de ser um conceito unívoco, está em disputa, revelando interesses distintos entre atores institucionais, políticos e sociais.

Os objetivos traçados foram plenamente alcançados, na medida em que se investigou, sob diferentes perspectivas, como as políticas públicas têm contribuído para a construção de significados em torno da qualidade na educação. A pesquisa demonstrou que, embora existam avanços normativos, como os expressos nas diretrizes do Plano Nacional de Educação, ainda há entraves estruturais que dificultam sua efetivação. A partir disso, abre-se espaço para que futuras pesquisas explorem de forma mais aprofundada como essas políticas são apropriadas no cotidiano escolar, buscando alternativas que superem a lógica avaliativa reducionista e promovam uma gestão da qualidade verdadeiramente comprometida com os sujeitos da educação.

Referências

Brito, A. P. G., Oliveira, G. S., & Silva, B. A. (2021). A importância da pesquisa bibliográfica no desenvolvimento de pesquisas qualitativas na área de educação. *Cadernos da FUCAMP*, 20(44), 1–15.

Carvalho, E. S. D., & Real, G. C. M. (2020). Internacionalização e seus reflexos na gestão da qualidade da pós-graduação em Educação. *SérieEstudos*, 25(54), 223–241. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2318-19822020000200223&script=sci_arttext. Acessado em 12 de maio de 2025.

Carvalho, R. R. D. S., & Oliveira, J. F. D. (2022). Expansão e qualidade da educação superior: um balanço das metas 12, 13 e 14 do Plano Nacional de Educação PNE 2014/2024. Campinas,

SP: Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), 27(02), 227–247. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/rxNDLXGXR8H53YDzgrwZvGk/>. Acessado em 29 de maio de 2025.

Charlot, B. (2021). “Qualidade da educação”: o nascimento de um conceito ambíguo. Brasil: Educar em Revista, 37, e81286. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/wBJC4X4xMX9t4S3bcLxNJtk/>. Acessado em 5 de maio de 2025.

Grazziotin, L. S., Klaus, V., & Pereira, A. P. M. (2022). Pesquisa documental histórica e pesquisa bibliográfica: focos de estudo e percursos metodológicos. Pro-Posições, 33, e20200141. <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2020-0141>

Nascimento, J. A. D., & Cury, C. R. J. (2020). A qualidade da educação no horizonte da proteção integral infantoadolescente. Brasil: Cadernos de Pesquisa, 50, 679–697. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/3gRPNHGZhvgfYGkYfGbvBkj/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em 21 de maio de 2025.

Ribeiro, R. L. A. O., Macêdo, D. F., & Santos, D. G. (2021). Aplicação de ferramentas da qualidade para a implantação de um Sistema de Gestão da Qualidade: estudo de caso no IFAL. Brasil: Diversitas Journal, 6(2), 2478–2490. Disponível em: https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/1385. Acessado em 17 de maio de 2025.

Soares, J. F., Alves, M. T. G., & Fonseca, J. A. (2021). Trajetórias educacionais como evidência da qualidade da educação básica brasileira. Brasil: Revista Brasileira de Estudos de População, 38, e0167. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/9ZRM8LBTqQMHMDQNJDwjQZQ/>. Acessado em 8 de maio de 2025.

Sousa, A. S., Oliveira, G. S., & Alves, L. H. (2021). A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. Cadernos da FUCAMP, 20(43), 64–83. <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acessado em 9 de maio de 2025.